

Os preços de medicamentos e planos de saúde subiram acima da inflação em 2016 e estão entre os índices que tiveram maior impacto no Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), que encerrou o ano passado em 6,29%, segundo divulgou nesta quarta-feira (11) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os preços relativos a saúde e cuidados pessoais registraram a maior alta entre todos os grupos de despesas analisados para o cálculo desse indicador. De 9,23% em 2015, a variação passou para 11,04% em 2016, superando a inflação da educação (8,86%) e de alimentos e bebidas (8,62%).

A inflação da saúde e cuidados pessoais foi puxada principalmente pelo reajuste dos planos de saúde, que chegou a 13,55% - a maior taxa desde 1997 - e pelos remédios, que ficaram 12,5% mais caros, a taxa mais elevada desde 2000.

Os números acompanham uma tendência de alta que vinha também em 2015, quando os dois itens também estiveram entre os que mais pressionaram a inflação. No período, os remédios também registraram alta, no caso de 6,89%, e os planos de saúde tiveram aumento de 12,15%.

"Os medicamentos também tiveram aumento maior do que o concedido pela câmara e maior do que no ano anterior. Esse ano, além do reajuste ter sido maior, o ICMS sobre o preço dos remédios em vários estados também provocou um reajuste maior que o esperado", explicou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de índices de preços do IBGE.

A pesquisadora do IBGE não acredita que os aumentos acima da média entre os planos e remédios tenham pesado somente nos bolsos dos aposentados e idosos, grupo que utiliza muito os serviços médicos e costuma comprar mais medicamentos do que a média da população.

"A inflação é perversa para todos. No período de inflação, todo mundo perde. Tanto o idoso como o jovem, o estudante. Até porque tivemos também uma indexação forte nos colégios. Não dá para afirmar que foi pior para este ou aquele. A inflação é um mal do país", disse Eulina.

O que dizem as empresas

A Interfarma, a associação que representa laboratórios farmacêuticos do país, afirma que os preços em 2016 refletiram o reajuste autorizado pelo governo em 2015, que "sofreu impacto das oscilações do câmbio e das despesas com energia elétrica".

"O setor de medicamentos registra uma defasagem nos reajustes de preços autorizados pelo Estado de 29,7 pontos percentuais, desde 2005, em comparação com o IPCA", acrescentou a Interfarma.

A associação destacou que o reajuste de 12,5% aplicado em abril foi referente ao período entre março de 2015 e fevereiro de 2016 e que em março de 2017 deverá ser autorizada uma nova correção de preços pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos). "Portanto, somente neste momento será adequada uma comparação com os dados do IBGE referente ao ano de 2016", completa.

A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) disse que a inflação apurada pelo IBGE reflete uma reposição parcial dos custos médico-hospitalares, que em 2015 ficou acima de 18%.

Segundo a Abramge, nos últimos anos as despesas assistenciais têm crescido frequentemente mais que as receitas. "Em 2016 estes valores atingiram a cifra recorde de R\$ 131,4 bilhões. O custo per capita em 2016 com o atendimento médico-hospitalar também foi bastante superior aos anos anteriores, atingindo o valor de R\$ 2.711, um salto de 14,8%", informou.

A associação afirma ainda que, desde 2007, o setor tem operado com margens operacionais inferiores a 1%. "A correção de valores das mensalidades dos planos de saúde é necessária para viabilizar a continuidade do atendimento por parte das operadoras, considerando a incorporação de novas tecnologias, o incremento de procedimentos determinados no rol da ANS, a maior demanda devido ao envelhecimento da população, a judicialização e demais desperdícios da saúde", completou.

Reajustes autorizados em 2016

A alta de 12,5% nos preços dos remédios e de 13,55% nos planos de saúde verificada pelo IBGE em 2016 mostra que os reajustes autorizados pelos governos nestas áreas foram repassados integralmente ao consumidor.

Em abril de 2016, o governo fixou em 12,5% o reajuste máximo para um universo de mais de 9 mil medicamentos com preços controlados. Em junho, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou reajuste de 13,57% para os planos de saúde individuais e familiares.

Segundo a ANS, a metodologia utilizada para calcular o índice máximo de reajuste anual dos planos individuais/familiares é a mesma desde 2001 e leva em consideração a média dos percentuais de reajuste aplicados pelas operadoras aos contratos de planos coletivos com mais de 30 beneficiários.

No caso dos medicamentos, o reajuste é calculado com base no IPCA e fatores relacionados à concorrência de mercado, produtividade e variações dos custos de insumos. Segundo a Interfarma, a forte alta do dólar e das tarifas de energia elétrica tiveram forte impacto nos custos da indústria, cuja boa parte da matéria-prima é importada.

"O reajuste referente a 2015 sofreu impacto das oscilações do câmbio e das despesas com energia elétrica. Ambos tiveram alta expressiva no período e estão previstos na fórmula oficial para calcular o reajuste", afirma a associação.

Metas de inflação

Pelo sistema que vigora no Brasil, a meta central para 2016 era de 4,5%, mas, com o intervalo de tolerância existente, o IPCA poderia oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta fosse formalmente descumprida. Em 2015, o índice havia avançado 10,67%.

A estimativa mais recente dos economistas do mercado financeiro apontava que o IPCA chegaria ao final de 2016 a 6,35%, segundo o boletim Focus, do BC.

Depois da divulgação dos dados do IPCA, o presidente Michel Temer afirmou, na abertura de uma reunião com ministros, que o resultado da inflação em 2016 foi uma "boa notícia". Ele afirmou ainda que em 2017 o índice deve cair ainda mais, chegando perto do centro da meta, que é de 4,5%.

Fonte: [G1](#), em 11.01.2017.